



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Processo disciplinar 04/2013

Arguido: [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:

1. Relatório

No dia 26 de Abril de 2013, o Conselho de Disciplina (CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC) determinou a instauração de procedimento disciplinar ao [REDACTED] com fundamento em factos ocorridos no Campeonato Nacional de Fundo e Taça de Portugal de Tripulações, K4 Juniores Femininos, realizados nos dias 6 e 7 de Abril de 2013, em Montemor-o-Velho.

Como instrutor, foi nomeado Senhor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

O clube arguido foi notificado da instauração do procedimento disciplinar a 13 de Maio de 2013.

No dia 11 de Junho de 2013, o clube foi notificado da nota de culpa, imputando-lhe o Sr. Instrutor a prática da infracção grave prevista no ponto 3.4, alínea b), e a punir nos termos dos pontos 5.2.4 e 5.4.2 do Regulamento Disciplinar com suspensão pelo prazo de um a três meses ou de uma a cinco provas ou, em alternativa, a condenação ao pagamento de uma multa cujo limite mínimo e máximo serão um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional.

No dia 21 de Junho de 2013, o clube apresentou defesa escrita, alegando, em síntese, que a infracção foi cometida com absoluto desconhecimento por parte da Direcção do [REDACTED] e dos restantes órgãos sociais do Clube; e que o [REDACTED] pediu desculpas à Direcção da FPC no próprio dia, reconhece o erro e a infracção cometida por parte do seu corpo técnico e assume as devidas consequências.

Assim, e em sua defesa, invoca como circunstâncias atenuantes:

- o forte contributo que tem dado para o desenvolvimento da modalidade, formando vários atletas campeões nacionais e que têm servido regularmente a selecção nacional;
- a relevante prestação desportiva anterior e posterior do [REDACTED] ao serviço do desporto e da comunidade;
- a inexistência de infracções disciplinares no cadastro; e



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

- a confissão.

Mais requer, a final, caso tal se revele possível, que, em alternativa à pena de suspensão, seja aplicada ao Clube pena meramente pecuniária de modo a não prejudicar as expectativas e a prestação desportiva dos atletas, sobretudo os mais jovens, pelo erro cometido pelo corpo técnico.

Com a defesa, o arguido não ofereceu qualquer prova nem requereu a realização de qualquer diligência.

No dia 22 de Julho de 2013, o Sr. Instrutor apresentou relatório final e proposta de decisão, considerando praticada a infracção disciplinar prevista pelo ponto 3.4, alínea b), e punida pelos pontos 5.2.4 e 5.4.2 do Regulamento Disciplinar, propondo, a final, ponderadas as circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso, que o CD da FPC aplicasse ao infractor, nos termos do disposto no ponto 3.4., alínea b) e 5.2.4. do Regulamento Disciplinar, pena de multa no valor de um salário mínimo nacional.

2. Matéria de facto provada

1. O [REDACTED] é uma associação de direito civil, de âmbito desportivo, cultural e recreativo, que, nos termos estatutários, tem como objecto procurar alcançar a promoção cultural, recreativa e desportiva dos seus associados, bem como de toda a população.
2. O [REDACTED] encontra-se inscrito na Federação Portuguesa de Canoagem desde a pretérita época desportiva de 1981.
3. O [REDACTED] não tem averbada no seu boletim disciplinar registo de infracção anterior aos factos *sub judicio*.
4. Nos passados dias 6 e 7 de Abril de 2013, o [REDACTED] participou com várias tripulações e em várias regatas no Campeonato Nacional de Fundo / Taça de Portugal de Tripulações, realizados no CAR de Montemor-o-Velho, nomeadamente, na Regata 14, K4 Juniores Femininos.
5. Na mencionada regata 14, K4 Juniores Femininos, o clube arguido substituiu uma atleta júnior, que, apesar de inscrita para a regata, não se encontrava presente na competição, pela atleta do escalão sénior [REDACTED], com licença federativa n.º [REDACTED].
6. O clube arguido fez assim alinhar na mencionada regata K4 Juniores femininos a referida atleta sénior.
7. O clube arguido sabia que a mencionada regata se destinava exclusivamente a atletas juniores.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

8. Não obstante, não se coibiu de efectuar tal substituição.
 9. O clube arguido pretendeu, com tal substituição, ludibriar a equipa de arbitragem.
 10. E logrou fazê-lo.
 11. O clube arguido procurou obter, por via dessa substituição, vantagem desportiva significativa.
 12. Na mencionada regata, o [REDACTED] alcançou o 1º lugar.
 13. Já após a cerimónia de atribuição de medalhas, e uma vez verificado o sucedido, o clube arguido foi desclassificado da regata pela equipa de arbitragem, que mencionou tal facto no relatório de competição.
 14. De imediato foram solicitadas as medalhas atribuídas ao clube arguido.
 15. Devolução essa que foi feita.
 16. O clube arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida e punida pelos Regulamentos da Federação Portuguesa de Canoagem.
 17. O [REDACTED] tem prestado forte contributo ao desenvolvimento da canoagem na formação de atletas.
 18. O [REDACTED] tem formado atletas que têm servido regularmente as Selecções Nacionais, nomeadamente nos Jogos Olímpicos.
 19. O [REDACTED] não apresenta antecedentes disciplinares.
- Ao invés, não se considerou provada toda a demais matéria conclusiva e ou de direito integrada no ponto I da acusação, sob o título "Dos Factos", por ser insusceptível de prova.

3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, essencialmente, no relatório de competição de fls. 3 a 5, que é claro na descrição dos factos, na identificação do autor e na menção das circunstâncias de tempo, modo e lugar em que aqueles mesmos factos ocorreram. Assim, com base no referido documento, podemos dar como provada, para além de qualquer dúvida razoável, a factualidade supra descrita de 1. a 16.. Cumpre ainda registar que os factos são também confessados pelo clube arguido.

No que respeita aos factos descritos nos pontos 18. e 19., por serem públicos e notórios, carecem de prova.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

4. Fundamentação de direito

O clube arguido vem acusado pelo Sr. Instrutor da prática da infracção disciplinar grave prevista no ponto 3.4 alínea b) e a punir, segundo o Sr. Instrutor, nos termos do ponto 5.2.4., ambos do Regulamento Disciplinar da FPC, com suspensão pelo prazo de um a três meses ou de uma a cinco provas ou, em alternativa, com condenação no pagamento de uma multa cujo limite mínimo e máximo serão um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional.

No relatório final, o Sr. Instrutor considerou praticada a mencionada infracção disciplinar porquanto – conclui – o arguido praticou “actos notórios e públicos que atentam contra a dignidade ou a ética desportiva”, propondo a aplicação, em concreto, de sanção de multa no valor de um salário mínimo nacional, nos termos do ponto 5.2.4. do mesmo Regulamento Disciplinar.

Vejamos.

De acordo com o disposto pelos artigos 11º, 12º, 14º, 15º e 16º do Regulamento Geral de Competições (RGC) os clubes apenas podem utilizar em competição atletas que estejam prévia e regularmente inscritos na FPC, validamente inscritos para a concreta competição e que cumpram os requisitos de cada categoria, apenas podendo ser substituídos por outros nos termos dos mesmos artigos.

Por seu turno, prescreve o artigo 30º, al. a), do mesmo RGC que *“[t]odo o competidor que tentar ganhar lugares numa prova por meios não honrosos ou que infrinja os regulamentos será desclassificado”*.

Ora:

Como resulta da factualidade dada como provada, o clube arguido, na regata 14 K4 Juniores Femininos, substituiu uma das suas atletas juniores, inicialmente inscrita para a prova, pela atleta Elisa Ferreira, de categoria sénior.

Não há dúvidas de que o fez e de que agiu de forma consciente e intencional, violando as normas insitas nos artigos 11º, 12º, 14º, 15º e 16º do RGC, tentando enganar a comissão de competição e demais competidores com o propósito de retirar benefício desportivo ilegítimo da utilização de atleta sénior em competição júnior.

Por isso, ao infringir os regulamentos, o arguido foi desclassificado à luz do artigo 30º, al. a), do RGC.

Cumpre, contudo, dizer, de forma clara, que não é a desclassificação que está sob apreciação nestes autos. Essa decisão de ordem técnica foi já, em devido tempo, tomada e registada no relatório de competição pelo Juiz Árbitro.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

No âmbito destes autos aprecia-se, sim, se os factos provados integram ou não a previsão de algum dos ilícitos disciplinares tipificados no Regulamento Disciplinar, mormente, a infracção disciplinar grave prevista no ponto 3.4, alínea b), do Regulamento Disciplinar da FPC: “actos notórios e públicos que atentam contra a dignidade ou a ética desportiva”.

Importa então avaliar se os factos apurados assumem o carácter de actos notórios e públicos que atentam contra a dignidade ou a ética desportiva.

Como resulta da factualidade considerada provada, o clube arguido substituiu uma atleta júnior, inscrita para prova de categoria júnior, por atleta sénior, como tal impedida de participar na prova em questão.

E fê-lo no âmbito da prova final de um campeonato nacional, em competição realizada num local público, à vista de todos (espectadores, equipas adversárias, árbitros, etc) e de forma ostensiva, bem sabendo que estava a infringir os regulamentos desportivos e a colocar em causa os princípios da ética, da verdade desportiva e da lealdade entre competidores, assumindo, ainda assim, conduta que sabia ser proibida e punida pelos regulamentos desportivos.

O clube arguido praticou, assim, em público, actos que desmerecem a modalidade e que colocam em causa os princípios éticos basilares de qualquer actividade desportiva. Os factos merecem maior reprovação e censura ainda pela circunstância de terem ocorrido no âmbito de competição júnior. Dos dirigentes e dos técnicos, mais do que títulos, espera-se que sejam referenciais na formação dos jovens, inculcando-lhes os valores éticos do espírito desportivo. Se revelam desprezo pela verdade e pela lealdade desportiva, prestam um mau serviço ao desporto e aos jovens que têm a responsabilidade de formar.

Cumpre ainda acrescentar que os clubes têm de responder pelo comportamento dos seus técnicos, ainda que depois possam, naturalmente, exigir-lhes responsabilidades internas de ordem civil ou laboral.

Perante todo o circunstancialismo, não há dúvida de que o arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária com intenção de enganar a Comissão da Competição e demais competidores. Agiu, pois, com dolo directo.

Neste sentido, praticou o arguido infracção disciplinar grave à luz do disposto pelo ponto 3.4., alínea b), do Regulamento Disciplinar, na medida em que a conduta publicamente assumida atenta contra a ética desportiva, infracção essa que é punível com suspensão pelo prazo de um a três meses ou de uma a cinco provas ou, em alternativa, com multa cujo limite mínimo e máximo serão um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional, como bem refere o Sr. Instrutor (cf. pontos 5.2.4 e 5.4.2 do Regulamento Disciplinar).



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

5. Da escolha e medida da pena

Na escolha da pena devemos, antes de mais, ponderar entre a aplicação de pena de multa ou de suspensão da actividade desportiva, pois que o quadro regulamentar adiantado (pontos 4.1, 5.1, 5.2.4 e 5.4., conjugadamente) nos permite levar a cabo tal ponderação.

Seguindo aqui de perto os argumentos vazados pelo Sr. Instrutor no relatório e previamente expendidos pelo arguido na sua defesa, estamos em crer que a aplicação ao arguido de uma pena de suspensão, mais do que penalizar o clube arguido, iria penalizar muitos atletas, boa parte deles jovens, que, sem ter qualquer responsabilidade no sucedido, se veriam privados da prática desportiva. Nessa circunstância, ao invés de penalizar o infractor, estaria este Conselho de Disciplina a impor sobre dezenas de atletas pena que não lhes é legítimo suportar.

Por outro lado, parece-nos que as razões de prevenção especial e geral ficam salvaguardadas por inteiro se a pena aplicada assumir a modalidade de multa, pois que tal pena constituirá, seguramente, factor dissuasor de comportamentos futuros de natureza análoga.

Nestes termos, consideramos mais acertada a aplicação ao arguido de pena de multa a determinar, nos termos do ponto 5.2.4, entre um décimo e dez vezes mais o salário mínimo nacional.

Chegados aqui, cumpre, por fim, determinar a medida concreta da pena, para que teremos de convocar as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos pontos 4.2.1 e 4.3 do Regulamento Disciplinar.

Como agravantes, concorre o carácter grave da infracção praticada, a intensidade do dolo (directo), a circunstância de a conduta lesar o bom-nome e prestígio da Canoagem e, sobretudo, representar um mau exemplo para os jovens.

No entanto, como atenuantes, não podemos deixar de salientar os relevantes serviços prestados pelo arguido ao desporto nacional e a inexistência de antecedentes disciplinares.

Ponderadas assim todas estas circunstâncias, bem como o facto de o clube arguido já ter sofrido a sanção técnica de desclassificação da competição em causa, julgamos adequada a aplicação de multa no valor de 400€ (quatrocentos euros), nos termos dos pontos 5.1., d), 5.2.4, e 5.5. do Regulamento Disciplinar.

*



Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em condenar o clube arguido em pena de multa no valor de 400€ (quatrocentos euros), em virtude da prática da infracção disciplinar grave prevista pelo ponto 3.4., alínea b), do Regulamento Disciplinar da FPC.

*

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao clube e aos atletas, designadamente, nomes, número de licença federativa e morada.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 13 de Novembro de 2013

[Handwritten signature]